CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

ACTA Nº. 24/05

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SETE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E CINCO

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e cinco, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:----------

PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES

VEREADORES: JOSÉ HENRIQUE SERRA DA GRAÇA
LUCÍLIA MARIA SAMORENO FERRA
MARIA CLARA DE OLIVEIRA DA SILVA
NUNO ALEXANDRE CAMACHO CABRAL FERRÃO
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA
RENATO JOSÉ DINIS GONÇALVES

Às dezassete horas e quarenta minutos com a presença da Técnica Superior de 2.ª Classe da Divisão de Gestão Administrativa do DAF, Dra. Elsa Susana Nunes Sousa, a Senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.----------

Em seguida procedeu-se à apreciação dos assuntos referentes ao período de

ANTES DA ORDEM DO DIA

*O **Senhor Vereador Nuno Ferrão** leu a seguinte **declaração política**: "As eleições do passado dia 9 de Outubro colocaram o PSD novamente como segunda força política do concelho, o que não acontecia desde 1997. Com efeito, o PSD, embora não tendo ganho a presidência da câmara, foi o único dos grandes partidos a ter um claro e expressivo aumento de votos, passando a ter dois vereadores neste órgão autárquico, mais dois deputados municipais e conquistando a Junta de Freguesia de Canha. Ao invés, a CDU manteve a sua votação e um único vereador, o mesmo número de deputados municipais e obteve a presidência da Junta de Sarilhos Grandes. O PS, que após ter reforçada a sua votação de 8.300 para 9.300 votos de 1997 para 2001, viu agora os seus apoiantes reduzirem-se a cerca de 6.900. Isto é, obteve a pior votação desde que governa o município, perdendo um vereador (a perda de um segundo vereador salvou-se por cento e tal votos), perdendo três*

deputados municipais, perdendo a presidência de duas Juntas de Freguesia e deixando de ter a maioria absoluta na maior freguesia do concelho, a da cidade do Montijo. Constata-se que os partidos da oposição com assento na câmara (PSD e CDU), representam cerca de 46% dos eleitores enquanto o PS teve uma votação próxima dos 42%. Tendo Portugal um sistema eleitoral proporcional, seria de esperar que os mandatos fossem proporcionais à votação dos partidos. Por caprichos do nosso sistema eleitoral, mais visíveis em círculos de pequena dimensão como o do nosso concelho, essa proporcionalidade não foi respeitada. É bom que a população saiba, e que o PS não se esqueça, que os três vereadores da oposição representam muitos mais munícipes que os seus quatro vereadores. Quanto à assembleia municipal, onde nenhuma força partidária detém a maioria absoluta, parece que vamos ter um deputado tipo "queijo limiano". Mas desta vez o PS trocou a produção de queijo por construções diversas na freguesia de Pegões, de modo a conseguir fazer passar, com arrogância e sem dialogar com as oposições, à semelhança do que sucedeu no último mandato, todos os documentos por si apoiados. Quando em 2002 e 2003 os governos PSD/CDS encetaram medidas para corrigir o déficit do orçamento de Estado, o PS foi um claro opositor de tais iniciativas de consolidação orçamental alegando que não eram necessárias e que iriam criar sérias dificuldades às populações. É bom recordar que aquando Dra. Manuela Ferreira Leite congelou alguns salários da função pública, quando restringiu ao máximo a admissão de novos funcionários públicos, quando acabou com o crédito bonificado à habitação e quando introduziu penalizações aos funcionários públicos que pretendessem aposentar-se antes dos 60 anos, o PS teve sempre uma voz muito crítica não apoiando tais medidas. Passados poucos anos, o PS vem dar uma volta de 180 graus mas, infelizmente, não é a dançar o folclore, nem nenhum bailinho da Madeira. É a subida dos impostos, é a suspensão das progressões dos funcionários públicos, é o aumento da idade legal da reforma. Como é possível esta mudança radical de postura em tão pouco tempo? Pelo contrário, o PSD mantém a mesma linha de actuação, concordando com a redução da despesa pública e apoiando, conceptualmente, as decisões que o governo socialista tem tomado nesta matéria. Só é pena que as medidas tendentes a reduzir o déficit sejam tomadas mais pelo lado da receita que pelo da despesa, revelando a incapacidade ou desinteresse do PS em controlar a despesa pública. Mas convém também realçar as diferenças: enquanto uns (leia-se PS) alteram radicalmente o discurso quando estão na oposição ou no governo, outros (leia-se PSD) mantêm o mesmo rumo quando sabem que os superiores interesses do país se sobrepõem a meros interesses partidários. Apoiaremos todas as medidas tendentes a uma redução gradual do peso do Estado na economia, única saída para Portugal sobreviver e se manter

competitivo no mercado globalizado em que vivemos. Infelizmente, só agora a sociedade percebeu que as políticas socialistas, que apostam numa intervenção privilegiada do Estado em prejuízo da sociedade civil, estão condenadas ao insucesso e contribuem para o empobrecimento geral das populações. Após a derrocada das políticas comunistas, com a queda do muro de Berlim, eis-nos perante o insucesso do modelo de intervenção intensiva do Estado nas sociedades, defendido pelo socialismo. Na realidade, o primado da liberdade individual de cada ser humano impôs-se como referência na sociedade do século XXI. Todavia, o mais preocupante é que nem mesmo com medidas de combate ao déficit a economia tende a melhorar. As expectativas dos portugueses são muito baixas e o governo socialista não consegue inverter esta situação. O Banco de Portugal e a Comissão Europeia já vieram dizer que 2005 será um ano de estagnação económica, tendo sido revista em baixa as previsões de crescimento para uns meros 0,3% quando a UE cresce, em média, a 1,5%. As previsões apontam para que as divergências com a UE prossigam em 2006 e 2007 revelando a incapacidade dos socialistas em criarem expectativas positivas nos agentes económicos. A taxa de desemprego atinge os 7,7%, facto que não acontecia desde o primeiro trimestre de 1992. O número de desempregados, segundo o INE, ronda os 430 mil, os inactivos, mas dispostos para trabalhar, situavam-se em cerca de 78 mil e os inactivos desencorajados excediam os 34 mil. Por isso se conclui que o número de desempregados em Portugal ultrapassa os 500 mil. No entanto, o que mais nos preocupa é que as perspectivas continuam muito sombrias não se vislumbrando quaisquer sinais de retoma. Se queremos uma economia portuguesa e europeia dinâmica e com ritmos de crescimento acelerados, para podermos competir com os EUA e os BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China), tal como preconiza a Agenda de Lisboa, com mercados de capitais e de emprego ágeis e flexíveis, há que ter a coragem de acabar com o último mito socialista, que passa pela rigidez do sistema laboral português. O PIDDAC para 2006 vê as verbas para o distrito de Setúbal reduzirem-se em 12,5%. No caso do concelho do Montijo, os valores a receber descem de € 1.375 mil para € 498 mil, isto é, uma redução de mais de 70% de 2005 para 2006. Os eleitos do PS por Setúbal não conseguiram fazer sentir as suas vozes perante o seu governo socialista, nem a presidente da câmara do Montijo e líder distrital socialista. Se no ano passado o PS tinha acusado o governo de então de promover "o maior desinvestimento no distrito", era de esperar que o próximo PIDDAC viesse corrigir essa situação, pois agora os eleitos do PS tinham todas as oportunidades de corrigir o que consideravam uma injustiça. Contudo, até neste aspecto o governo PSD/CDS foi mais generoso para os montijenses. Com efeito, os eleitos do PS que há um ano criticaram o governo social democrata por não ter incluído projectos como a

variante da Atalaia, a circular externa e a nova esquadra da polícia, estão agora mudos e calados com as verbas destinadas ao Montijo. Certamente ficaram satisfeitos com os € 3.750 que o governo destinou para a variante da Atalaia ou os € 3.675 para o pavilhão desportivo em Pegões ou com a total ausência de apoio para a circular externa. Convém agora recordar algumas das atitudes e afirmações dos eleitos locais do PS quando o país era governado pelo PSD/CDS. Na altura, por variadíssimas vezes, quer na câmara quer na assembleia municipal, os socialistas teceram fortes críticas ao governo de então por este não cumprir a Lei das Finanças Locais. Isto é, queriam que o governo transferisse para a autarquia mais do que aquilo que efectivamente transferiu. Mesmo assim, em 2005, sob proposta do governo PSD/CDS, as transferências para o município do Montijo cresceram 3,8% face a 2004. Agora, para 2006, o governo socialista vai manter o mesmo valor de 2005, isto é, o aumento vai ser de 0% ! E o que dizem os socialistas montijenses a este facto ? em vez de assumirem a mesma atitude crítica de outrora, com números agora ainda mais dramáticos para o nosso concelho, enfiam a cabeça na areia fingindo ignorar ou desconhecer esta realidade. Mais revelador desta atitude é a posição dos socialistas quanto à capacidade de endividamento da autarquia: em Dezembro de 2003, aquando da apresentação do orçamento para 2004, diziam "A Lei das Finanças Locais foi amputada pelo Governo, pois este não permite que os municípios possam recorrer ao crédito...". Um deputado socialista afirmava em tom vigoroso, também em Dezembro de 2003, em sede de discussão na Assembleia Municipal: "Há uma redução ilegítima da capacidade legal de recurso ao crédito pelos municípios para 50%..." e dizia ainda "o regime de endividamento zero é, para nós – município do Montijo – injusto, injustificado e ilegítimo" concluindo assim "O princípio da solidariedade recíproca entre sectores da Administração Pública, no sentido da contribuição proporcional para a estabilidade orçamental foi "mandado às malvas". E o que dizem agora estes intérpretes quando o governo socialista manteve a mesma política de restrição ao crédito das autarquias ? Alguém lhes ouviu alguma palavra crítica para com o Governo tal como o fizeram alguns conhecidos autarcas socialistas defendendo as posições da Associação Nacional de Municípios Portugueses ? São estas mudanças incompreensíveis de atitude que não enobrecem a classe política e que marcam a diferença entre os eleitos locais do PSD e os do PS. Da nossa parte, não ouvirão nenhum reparo à continuidade das medidas que os governos PSD iniciaram e que agora o governo socialista manteve. Não temos um discurso ao sabor das conveniências, quando estamos no governo da nação ou quando estamos na oposição."----------

A ***Senhora Presidente*** *deu conhecimento à Câmara dos* ***Despachos*** *proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas relativamente ao*

pelouro de que é titular, no período compreendido entre **21 de Novembro e 2 de Dezembro de 2005**: - Autorizações Administrativas: 1; - Projectos de Arquitectura – Proposta nº. 4037/01: 1; - Alterações: 4; - Novas Licenças: 2; - Licenças de Utilização: 4; - Propriedade Horizontal: 2; - Informações Prévias: 2; - Loteamentos Urbanos: 4.----------

Foi presente para aprovação a **Acta nº. 23/05**, tendo sido aprovada por unanimidade.----------

A Senhora Presidente requereu que ao abrigo do disposto no artº. 19º, 2ª Parte do Código do Procedimento Administrativo, fosse incluída uma Proposta do Departamento Administrativo e Financeiro, tendo sido atribuído o número 57/05.----------

A inclusão na agenda desta reunião camarária da referida proposta foi aceite por unanimidade.----------

Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de

ORDEM DO DIA

I – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1 – PROPOSTA Nº. 45/05 – APROVAÇÃO DA 7ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA 2005, A 6ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2005-2008 E A 3ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL – Nos termos do disposto no nº. 8.3.1.2. do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 315/2000, de 2 de Dezembro, "Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para acorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações, tantas quantas as que se reputem necessárias". Dispõe o nº. 8.3.2.3. que "A realização antecipada de acções previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projecto constante do plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, se for o caso". Considerando a necessidade de efectuar a 7ª alteração ao Orçamento para 2005, a 6ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2005-2008 e a 3ª alteração ao Plano de Actividades Municipal, constante do documento anexo, que aqui se dá por reproduzido, **propõe-se**: Que este Executivo Municipal delibere favoravelmente a 7ª alteração ao Orçamento para 2005, a 6ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2005-2008 e a 3ª alteração ao

Plano de Actividades Municipal, ao abrigo dos nºs. 8.3.1.2., 8.3.1.5. e 8.3.2.3. do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 315/2000, de 2 de Dezembro. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).----------

***Deliberação**: Aprovada com seis votos a favor do Partido Socialista e Partido Social Democrata e uma abstenção da Coligação Democrática Unitária.*--

***2 – PROPOSTA Nº. 46/05 – APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E RESPECTIVAMENTE O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2006-2009, O PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2006** – Considerando o disposto no artigo 64º, nº. 2 alínea c) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **propõe-se**: 1. Que este Executivo Municipal delibere aprovar as Grandes Opções do Plano e respectivamente o Plano Plurianual de Investimentos de 2006-2009, o Plano de Actividades Municipais e a proposta de Orçamento para 2006, documentos que se encontram em anexo, aqui se dando por integralmente reproduzidos. 2. Que os documentos em causa sejam submetidos à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, de acordo com o disposto no artigo 49º, nº. 2 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).*----------

*A **Senhora Presidente** leu o seguinte documento: "**Introdução** - Na presente reunião vamos aprovar o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos e ainda o Plano de Actividades Municipais para o ano 2006. Esta reunião é mais do que qualquer outra de grande importância. Aqui vamos discutir e aprovar as obras, os projectos, o investimento que vão produzir efeito sobre a vida de todos nós de uma maneira geral, e também a preparação do município para enfrentar os desafios da modernidade. Pelos documentos que foram presentes a todos os Senhores Vereadores, de rigor e transparência, é fácil verificar que temos uma dotação orçamental da receita e da despesa inferior em mais de € 6.000.000 (seis milhões de euros) em relação ao ano de 2005, o que equivale em termos percentuais a 17,5% de decréscimo em relação ao orçamento do ano passado. Na elaboração destes instrumentos de gestão, previsionais, foi observado o estatuto da oposição tendo sido ouvidos, não só os Senhores Vereadores da oposição, como também os seus próprios partidos PSD e CDU. Quando se elabora o orçamento que se quer de rigor no momento de estagnação económica e com escassez de recursos financeiros desproporcionados em relação às necessidades do concelho, somos confrontados com a obrigação de fazer cortes orçamentais. **Vejamos**: O Orçamento da Receita e da Despesa para o próximo ano atinge € 32.612.971,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e setenta e um euros). Na Receita temos de corrente € 23.386.734,00 (vinte e*

três milhões, trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e quatro euros) e de capital € 9.226.137,00 (nove milhões, duzentos e vinte e seis mil, cento e trinta e sete euros) a que acresce € 100 (cem euros) de outras Receitas. Na Despesa temos € 21.630.720,00 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta mil, setecentos e vinte euros) de corrente e €10.982.251,00 (dez milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros) de capital. Se no orçamento de 2005 as despesas de capital eram financiadas pelas receitas correntes em 32% em 2006 as despesas de capital são financiadas pelas receitas correntes em apenas 15.98%. ***E cortar num orçamento, cuja receita é, à partida mais pequena que a despesa é um exercício complexo que exige bom senso, sensatez e, em simultâneo, visão estratégica e de futuro****. Mesmo assim, nas despesas de capital passamos de 16.782.224 euros em 2005 para 10.982.251 euros em 2006, enquanto na despesa corrente passamos de uma despesa corrente em 2005 de 21.888.641 euros para uma despesa corrente em 2006 de 21.630.720 euros. Não podemos correr o risco de, na ansiedade e preocupação de reduzir despesas, cairmos na tentação de fazer cortes cegos, cujo custo final pode ser maior do que o corte proposto para a referida despesa. Uma cultura de corte exige que, por exemplo, numa despesa de um recurso humano qualificado não se veja só o corte pelo corte, ou o corte incluído numa percentagem determinada a cortar, porque os ganhos em não cortar nessa despesa podem ser, na verdade, incomensuravelmente superiores às perdas com o corte na referida despesa. O mesmo se pode dizer de cortes em investimentos na formação e qualificação dos recursos humanos na sociedade da informação e do conhecimento em que vivemos ou queremos viver. Aparentemente esses cortes no intangível são os mais fáceis e apelam a aplausos imediatos e expontâneos, só que as crises económicas, orçamentais e financeiras não se compadecem com a necessidade de investimentos na educação, na sociedade do conhecimento e da inovação.* ***O imperativo da competitividade, da modernidade não esperam mais adiamentos sistemáticos no presente com reflexos no nosso atraso económico e estrutural no futuro****. No entanto, e apesar da necessidade imperiosa de investirmos na sociedade da informação e do conhecimento, no orçamento da receita para 2006 as receitas correntes representam 23.386.734 euros contra 27.299.703 euros de 2005, enquanto as receitas de capital representam em 2006, 9.223.137 euros contra 11.370.462 euros de 2005. Perante este quadro de restrição orçamental e de grande transparência e rigor não será fácil a qualquer autarca ou mesmo munícipe propor um conjunto de obras alternativas às propostas pelo actual executivo neste orçamento e neste PPI.* ***Propor é fácil, o mais difícil é fundamentar as propostas alternativas com critérios sérios e sustentáveis****. Se eu contasse com mais alguns milhões de euros do que os valores orçamentados para*

2006, poderia propor ainda, entre outras coisas, as seguintes obras não contempladas no orçamento e no PPI para 2006, obras apenas no que se refere à pavimentação de ruas. Pavimentação da Estrada dos Brejos e da Rua dos Pomares, no Alto Estanqueiro/Jardia; a pavimentação da Estrada Campo de Futebol das Craveiras, da Rua do Norte e Rua dos Estradas, em Pegões; a pavimentação da Estrada da Cooperativa, na Atalaia; o recalcetamento das Ruas de Canha; o arranjo das Ruas dos Quatro Marcos e Fernando Pessoa em Sarilhos Grandes; a pavimentação, em Santo Isidro de Pegões, das Ruas António Maria Eusébio, Actor Vasco Santana, dos Cravos, Eça de Queirós, Bela Vista e Avenida da Liberdade, nas Faias. Como vêem Senhores Vereadores, ***é relativamente fácil propor obras, propor actividades ou investimentos****. O problema não está em propor a obra ou as obras, o problema está em antecipar três perguntas essenciais: 1 – Se proponho uma obra como alternativa a uma outra em execução, que faço a esta última? Congelo-a? Abdico dela? Se assim for, quem assume os custos de uma tal decisão? 2 – Se proponho uma obra para além das obras propostas, onde vou buscar o dinheiro? Corto noutras rubricas? Quais e com que critérios de sustentabilidade? 3 – Se as obras propostas não estiverem orçamentadas e no PPI por que razão serão contempladas as propostas dos Senhores Vereadores da oposição e não as que agora sugeri e que não constam no PPI? Em última instância, e noutros mandatos, era fácil à oposição apelidar os orçamentos de despesista e depois propor um sem fim de obras para serem contempladas, o que se traduzia no aumento da despesa. Acho, sinceramente, que não estamos em tempo do discurso fácil, doutrinário e radical. Sabemos que há cargos que precisam de ser preenchidos, sob pena de causarmos danos maiores e irreversíveis na prestação de serviços à população e em equipamentos e infra-estruturas essenciais. E subscrevendo as palavras do Senhor Presidente da República no discurso de 25 de Abril de 2005 direi: "Sem um investimento sério na Educação e na Ciência, jamais conseguiremos obter resultados relevantes na partilha de responsabilidades cívicas, na modernização do Estado, no acesso e fruição criativa da cultura, na produtividade empresarial, na participação plena na vida das organizações económicas e na esfera pública, na abertura consistente à sociedade da informação e à economia do conhecimento".* ***Sabemos que vivemos num tempo de globalização de competitividade, onde a inovação, a capacidade de inventar, de descobrir, de realizar, de transformar é fundamental para construímos, todos os dias, um futuro sustentável.*** *Não podemos ter casas de acolhimento, espaços verdes, serviços sociais de apoio, equipamentos escolares condignos, entre outras obras, sem ter funcionários e quadros qualificados para garantir a manutenção e existência desses equipamentos. A cidade cresce e a transferência de delegações e atribuições de competências da*

Administração Central para as autarquias têm crescido e muito e têm crescido sem as respectivas contrapartidas financeiras condizentes com as novas responsabilidades. Perante esta realidade, não podemos continuar com os mesmos recursos humanos e financeiros do passado. Se assim pensássemos e agíssemos, estaríamos a comprometer e adiar o presente e o futuro das gerações vindouras. ***Não é por acaso que se prevê para o próximo ano uma transferência de verbas da autarquia para as Juntas de Freguesia superior a 500 mil euros, isto sem prejuízo da delegação de competências e meios para as Juntas de Freguesia****. Cabe-nos hoje, aqui, dirigentes políticos que somos, a todos os dirigentes políticos, assumir as suas responsabilidades com auto-exigência, conscientes de que as soluções de rotina e de continuidade não chegam para enfrentar os graves desafios que temos. Há muito a fazer e ninguém pode olhar para o lado e achar que a responsabilidade é do outro. Há muito a fazer no executivo e na oposição, nas estruturas da administração local, na sociedade e na economia. Este tempo em que vivemos é particularmente exigente, tendo em consideração as dificuldades por que passamos, a escassez de recursos, a complexidade das questões, as expectativas dos cidadãos, em especial os de mais baixos recursos, a via estreita das soluções. No entanto, orgulho-me da situação equilibrada, do ponto de vista financeiro, em que se encontra a Câmara Municipal de Montijo e acredito que, não obstante as dificuldades financeiras que condicionam este orçamento e este PPI, encontraremos as melhores formas de ultrapassar as dificuldades para continuarmos a garantir uma qualidade de vida aos nossos munícipes à altura da que temos tido nos últimos anos. A economia portuguesa não está condenada à estagnação ou ao crescimento medíocre, nem os municípios condenados a contarem os tostões para sobreviverem. Precisamos urgentemente de substituir o pessimismo pela esperança e pela confiança; a resignação pela vontade e pela acção; de trocar a espera passiva de um sempre ansiado empurrão da administração central pela reestruturação activa da economia nacional e local; e precisamos também de substituir a política do défice público pela política do primado da economia e da inovação, sem naturalmente descuidar a restrição orçamental. Os instrumentos de gestão reflectem, para além dos números, as políticas que queremos desenvolver prioritariamente no próximo ano na área da educação, da acção social, da cultura, do espaço público. Reflectem ainda, a programação das grandes opções no investimento até ao final do mandato."----------*

Tendo em conta o adiantado da hora, a ordem de trabalhos foi interrompida para jantar, retomando-se os trabalhos pelas 21h30m do mesmo dia, não tendo a ***Senhora Vereadora Lucília Ferra*** *participado na restante ordem de trabalhos.----------*

*O **Senhor Vereador Nuno Ferrão** leu a seguinte declaração: "Importa agora analisar com mais detalhe o orçamento e o plano plurianual de investimentos para 2006 a 2009. Uma primeira nota vai para aquilo que se realizou até meados de Novembro de 2005 e que serviu de ponto de partida para a elaboração do orçamento de 2006. Há um ano atrás, dissemos que o orçamento para 2005 estava sobredimensionado em cerca de € 10 milhões. O desenrolar do ano de 2005 veio-nos dar inteira razão, pois a receita arrecadada deverá ficar mais de € 9 milhões aquém das previsões corrigidas para 2005, mesmo levando em conta a alienação inesperada do terreno do Pinhal do Fidalgo, por quase € 3 milhões. Por isso, saudamos a atitude dos eleitos do PS que para 2006, após as sucessivas chamadas de atenção do PSD e, diga-se em abono da verdade, também da CDU, apresentam um orçamento muito inferior mas também muito mais realista. Para isso contribuiu a redução muito expressiva das receitas estimadas com os loteamentos e obras, cujo valor orçamentado desceu de mais de € 7 milhões, em 2005, para menos de € 2 milhões, em 2006, aproximando-se, por defeito, dos valores realizados ao longo do corrente ano. Alega a maioria socialista que um grau de execução da receita de 70% é muito bom, se comparado com municípios da área metropolitana de Lisboa. Nós, eleitos do PSD, queremos e tudo faremos para sermos um município de excelência, competindo com as melhores práticas das empresas privadas e cuja gestão camarária orgulhe a administração pública. Foi o que aconteceu no ano que ainda decorre. A má orçamentação dos eleitos do PS levou a que este ano se tenha criado a expectativa de realização de muitas obras que não tiveram qualquer andamento. É o caso da nova Escola Profissional, da Casa da Música, da aquisição de terrenos para o novo Parque Desportivo e dos arranjos da Capela de S. Sebastião, entre os investimentos mais marcantes. Chegou ainda o PS a anunciar a instalação de um SkatePark, promessa esta também abandonada. Novamente, foram criadas expectativas que não foram avante. Estas atitudes são negativas para a confiança que os munícipes devem depositar nos autarcas e contribuem para a sua descredibilização. Se não havia a certeza de o projecto se poder concretizar, não se devia ter propagandeado tal iniciativa. Outra boa novidade para 2006, é a realização de protocolos com as Juntas de Freguesia para delegação de competências. Finalmente, o PS deu ouvidos aos sucessivos apelos do PSD. Num município descontínuo onde existem freguesias a mais de 40 kms da sede do concelho, faz todo o sentido que os meios humanos e materiais estejam próximos dos locais de trabalho, poupando-se assim tempo e dinheiro. O concelho vai sair vencedor com esta medida, pois com os mesmos recursos vai poder-se realizar mais trabalho. É um claro aumento da produtividade, que tanta falta faz à economia nacional. Todavia, pensamos que há espaço para este*

aumento de produtividade também se aplicar aos custos com o pessoal. Se olharmos para as contas de gerência de 2002, que corresponde ao início do 2º mandato deste executivo, as despesas com o pessoal ascendiam a cerca de 32%. É bom lembrar que, em 2006, a câmara prevê gastar mais € 12,7 milhões nesta despesa, isto é, cerca de 40% do total dos gastos previstos para 2006. Estes números revelam uma clara diminuição de eficiência (e da produtividade do pessoal da câmara), que não cremos que seja da responsabilidade dos funcionários, mas antes de quem os dirige. Há que fazer um esforço para alterar esta tendência, sob pena de, no futuro, só haver verbas para gastos correntes do município, hipotecando o investimento e consequente desenvolvimento do nosso concelho. A título meramente de exemplo, constatamos que nos passeios pedestres promovidos pela câmara municipal, iniciativas com as quais estamos plenamente de acordo, além dos indispensáveis motoristas e um ou dois funcionários de apoio, a caravana de funcionários alarga-se, muitas vezes, a um fotógrafo, um cameraman e 3, 4 ou 5 outros funcionários que não têm outra função que não dar conversa aos munícipes, pois a orientação técnica do passeio está a cargo, ou dos eleitos das juntas de freguesias locais ou de técnicos convidados para o efeito. Na segunda parcela mais importante das despesas, as aquisições de bens e serviços, o valor orçamentado para 2006 (€ 6,5 milhões) está cerca de 5% abaixo do inicialmente projectado para 2005. Se, aparentemente, seríamos tentados a julgar que havia algum esforço de contenção nesta matéria, ficamos desiludidos quando, pelos valores disponíveis de 17 de Novembro de 2005, podemos concluir que esta parcela da despesa deverá terminar no ano de 2005 em cerca de € 500 mil abaixo do valor orçamentado para 2006. Isto é, o aumento para o próximo ano será umas centenas de milhares de euros acima do registado em 2005, o que revela algum despesismo. Seria bom que a câmara adoptasse o mesmo critério do governo, impedindo despesas inúteis neste último mês do ano. A tentação dos burocratas da administração pública em gastarem todo o orçamento disponível para não verem o mesmo reduzido para o ano seguinte, tem de ser eliminada, a todos os níveis. Em termos de despesas sectoriais não nos conformamos com os valores afectos ao desporto. Sabemos que nunca foi nem é uma prioridade para os eleitos do PS. Contudo, considerando que nos dias de hoje os jovens passam cada vez mais tempo a jogar nos computadores, a navegar na Internet ou a dialogar nos chats, contrariamente ao sucedido há anos atrás onde as brincadeiras de bicicleta ou os jogos de bola eram uma realidade, os decisores políticos devem ter presente a importância da actividade física para o crescimento e desenvolvimento integral dos nossos jovens. A câmara quer reduzir a verba para o desporto de € 150 mil para € 50 mil, isto é, a terça parte do atribuído em 2005. Este valor representa menos de 0,5% do orçamento total para 2006. O

Montijo tem tradições no andebol, no basquetebol, no futebol e na ginástica, para não falarmos do judo ou do karaté e, mais recentemente, do tiro com arco. Parece que a câmara quer acabar com o apoio à actividade física no concelho. Alertámos para esta situação, em sede de reuniões preparatórias deste orçamento mas, infelizmente, a câmara não nos deu ouvidos e manteve este parco montante no documento que agora discutimos. Para dar corpo à atitude construtiva que os eleitos do PSD sempre defenderam e o têm feito desde que tomaram posse, foram apresentadas à maioria socialista algumas propostas que gostaríamos que fossem incluídas no orçamento para 2006. Elencámos um conjunto de sugestões, tais como: Asfaltamento e Iluminação da rede pública de caminhos Bairro Barrão – Bairro do Areias; Concepção e Construção do Pavilhão Desportivo de Sarilhos Grandes; Asfaltamento de vias e caminhos no Alto Estanqueiro/Jardia; Asfaltamento e Pavimentação de vias e caminhos em Canha. Para consubstanciar o apoio à prática desportiva, foi sugerida uma proposta de actividade de xadrez ao nível das escolas do 1º ciclo, pois a capacidade de reflexão e de estratégia, devem ser fomentadas logo desde pequenos. Foi ainda alvitrada a colocação de novos bancos no parque municipal, tendo em conta o avançado estado de degradação de muitos deles. De igual modo, referimos quão importante seria o calcetamento da placa central da avenida dos pescadores, acabando com a lama e as poças de água que todos os Invernos lá se instalam. Propusemos, ainda, a requalificação e a preservação do centro histórico da cidade, desde a Avenida dos Pescadores até à Rua Machado Santos, de modo a orçamentar uma verba adstrita a estudos e projectos que pressupõe, nos anos subsequentes, intervenções ao nível da consolidação estrutural, conservação e recuperação de edifícios. Finalmente, concretizando uma das nossas promessas eleitorais, referimos que seria muito justo que o consumo de água nas nossas residências levasse em conta a dimensão dos agregados familiares. Defendemos a família como instituição e referência na nossa sociedade, por isso não aceitamos que uma família com 2 ou 3 crianças, que eventualmente tenha algum idoso a seu cargo, esteja sujeito a escalões de preço crescentes em razão do consumo e que fazem com que pague a água a um preço muito mais caro do que um munícipe que vive sozinho. Ou, por outras palavras, porque é que o banho de uma criança há de ser muito mais caro do que o banho do munícipe que vive sozinho? Curiosamente, a gestão socialista alegou que já tinha pensado em quase todas estas questões. Nós até sabemos que alguns asfaltamentos já foram prometidos em anos anteriores e que constavam de orçamentos e planos plurianuais de investimento do passado. O certo é que, passados oito anos de gestão socialista, os mesmos continuam por concretizar, em claro prejuízo dos cidadãos. Esperamos que esta nossa pressão política seja suficiente para a câmara desenvolver as

nossas propostas que, estamos certos, correspondem aos anseios dos munícipes do nosso concelho. A desculpa dos socialistas para a eventual não aceitação das nossas propostas é saber onde se vai buscar dinheiro para as realizar. Argumento este mais que incoerente, se nos lembrarmos das centenas de milhares de euros que a câmara pode poupar nas aquisições de bens e serviços que acima referimos, bem como nos € 400 mil de pavimentações diversas e € 212 mil de empreitadas de trabalhos diversos que a própria câmara disse que era incerto e de difícil quantificação. Por isso, os eleitos do PSD propõem que a câmara troque aquilo que é incerto e vago por realidades bem concretas e objectivas como as que referimos. Quanto a desperdício de dinheiro, queremos denunciar o dinheiro muito mal gasto pela câmara, quer no café da praça quer, mais recentemente, em lojas no Esteval. Poderão os eleitos socialistas dizer que os investimentos do Esteval foram comparticipados. Isso pouco importa. Todos os euros gastos pela câmara nestes investimentos foram esbanjados. Nós, PSD somos acérrimos defensores da economia de mercado. Outros, são ou já foram defensores das economias planificadas, tipo União Soviética, China ou Cuba. Na sociedade em que vivemos, deve ser o mercado a decidir se se justifica um investimento, ou não. O Estado, neste caso uma autarquia, não deve ser ela a decidir se o investimento A ou B deve ser realizado. Não se deve substituir ao empresário, que arrisca o seu dinheiro. Nestes casos, a câmara agiu como mera empresária, forçando investimentos que podem vir a ser um fiasco. Não é função da câmara investir dinheiro em actividades comerciais, solicitando financiamentos bancários, gerindo as rendas, andando atrás dos que não pagam, encontrando novos arrendatários quando algum abandonar o espaço e muitas outras situações com que os empresários se debatem. Não há nenhuma falha de mercado que justifique estas intervenções da autarquia. Nem tão pouco se pode dizer que estes apoios da autarquia poderão ter um efeito multiplicador na actividade comercial ou industrial, como foi o caso da Auto Europa, que também teve apoios públicos. O investimento directo realizado e o pessoal que vai ser necessário para gerir estes espaços, daria verba mais que suficiente para as propostas apresentadas pelo PSD. Mas, a câmara nas vestes de empresária que a maioria socialista criou, gastou mal os dinheiros existentes. Estas opções erradas absorveram dinheiro que seria bem mais útil noutras áreas de intervenção."----------

***Deliberação**: Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista e duas abstenções do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, tendo sido apresentado declarações de voto.----------*

*O **Senhor Vereador Nuno Ferrão** leu a seguinte **declaração de voto,** cujo teor a seguir se transcreve: "Algumas alterações efectuadas pelo PS na elaboração do orçamento e PPI para 2006 vieram ao encontro daquilo que*

os eleitos do PSD vêm defendendo nos últimos anos. A começar pela aproximação dos valores orçamentados à realidade, com especial incidências nos impostos indirectos, nomeadamente nas receitas dos loteamentos e obras. Há um ano atrás, havendo cerca de € 12 milhões a receber de taxas referentes a processos de loteamento aprovados, a maioria socialista previu receber € 7,4 milhões. Este ano, com os mesmos € 12 milhões a cobrar com a emissão dos respectivos alvarás, o PS orçamentou somente € 1,9 milhões, valor que na prática é o valor médio dos últimos 24 anos, conforme estipula o POCAL. Para bem do município, o PS deu ouvidos à oposição. Também nos apraz registar a intenção da câmara em celebrar protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, contribuindo para a melhor gestão do município e indo ao encontro daquilo que o PSD vem defendendo. Esperamos que esta proposta de intenção se torne rapidamente numa realidade, dando corpo a protocolos justos, afectando os meios necessários às competências a delegar. As verbas destinadas ao Cine-Teatro Joaquim de Almeida também nos parecem adequadas de modo a dignificar este espaço. No entanto, em termos de despesa corrente, somos de opinião que a câmara, na senda do esforço que se passa a nível nacional, se podia ter ido mais longe na contenção da despesa corrente. Do orçamento inicial de 2005 para o de 2006, o peso das despesas correntes na despesa total subiu de 56% para 66%. Esta preocupante subida de 10 p.p. em escassos 12 meses, implica uma reflexão importante sobre o futuro do concelho e da opção dos investimentos a realizar, privilegiando despesas de capital que não tragam associados aumentos na despesa corrente futura. Com efeito, a descida do orçamento global do município reflectiu-se, do lado da despesa, quase exclusivamente no investimento a realizar. Dos cerca de € 6 milhões de decréscimo do orçamento para 2006, mais de € 4 milhões irão reflectir-se em menor investimento no concelho. Lamentamos que as largas centenas de milhares de euros que foram gastos na aquisição de terrenos para o novo parque desportivo não tenham qualquer andamento no próximo ano. Parece que o PS se lançou num projecto que abandonou a meio, após investimentos muito significativos. Deu um passo maior que a perna e agora é esperar por melhores dias, isto é, dias com mais dinheiro para tentar levar o campo por diante. A construção da circular externa parece que vai ser retomada, após uma pretenso arranque em período eleitoral, com intuitos claramente eleitoralistas. Todavia, após os cerca de € 1 milhão que a câmara prevê investir em 2006, a obra deverá parar novamente em 2007. As reservas que levaram o ex-vereador Fradique a considerar prematuro este investimento, por falta de financiamento adequado, estão a revelar-se agora muito oportunas, face ao reconhecimento dos eleitos do PS que não prevêem qualquer andamento do mesmo em 2007. A posição construtiva dos vereado-

*res do PSD, que tem sido uma prática desde o início deste mandato, consubstanciou-se em várias propostas, quer em termos de investimentos municipais, quer desportivos ou de apoio à família. Constatamos que, quer a estrada do ramal das flores, no Alto Estanqueiro, quer o pavilhão desportivo de Sarilhos, constam do PPI para 2006. Vamos acreditar que seja possível iniciar ambos os projectos, embora sabendo que a referida estrada já, pelo menos, desde o ano passado estava prometida e não foi pavimentada. Não podemos deixar de lamentar o abandono a que foi votado o desporto no nosso concelho. A redução para 1/3 dos valores atribuídos no ano de 2005 revela a total insensibilidade dos eleitos do PS pela promoção da prática desportiva. Quando, cada vez mais, as crianças passam o tempo em casa; quando se sabe o quão positiva é a prática desportiva para a saúde dos jovens e também dos adultos; quando a obesidade nas camadas jovens é uma realidade crescente em Portugal, o PS vem dar a estocada final na prática desportiva concelhia que já lutava com dificuldades. Se o orçamento e o plano plurianual de investimentos fosse votado na especialidade, certamente que os vereadores do PSD votariam a favor de muitas das propostas constantes destes documentos tal como votariam contra algumas delas, conforme da leitura acima se pode concluir. Todavia, este documento é votado somente na generalidade. Como tal, temos de efectuar uma avaliação crítica e isenta do teor do conjunto das propostas, mantendo sempre a postura de crítica construtiva que nos norteia. Neste momento de início de mandato, pensamos que devemos acreditar que os eleitos do PS terão capacidade para levar por diante este documento. Cá estaremos, sempre atentos, para ao longo de 2006 ir avaliando o cumprimento do que agora é prometido. Seremos uma voz, atenta, justa, sempre com o intuito de decidir pelo que, na nossa opinião, seja melhor para o nosso concelho. Deste modo, os vereadores do PSD abstêm-se quanto à proposta de orçamento e PPI para 2006."----------**

*O **Senhor Vereador Serra da Graça** leu a seguinte **declaração de voto**, cujo teor a seguir se transcreve: "A Proposta das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Actividades Municipais e Orçamento para 2006 agora apresentada reflecte uma continuidade da gestão do PS, estando demonstrado que ao longo dos últimos anos os orçamentos municipais têm sido empolados. Em nossa opinião os documentos de gestão municipal devem ser rigorosos e realistas, e a CDU tinha razão quando afirmava, nomeadamente em 2004, que as receitas para 2005 estavam inflacionadas. Verificamos ainda que não está ainda esclarecido o conteúdo dos protocolos com as Juntas de Freguesia de modo a clarificar as transferências de competências e os meios indispensáveis à sua concretização. Reconhecendo que com a não aplicação da Lei das Finanças Locais, o Governo Central/PS subtraindo 55 milhões de euros nos cofres municipais,*

situação ainda agravada pelo aumento dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, são medidas gravosas para o poder local sem que até ao momento tenha havido por parte desta gestão do PS na Autarquia qualquer denúncia ou referência por estas medidas, contrariamente à posição assumida aquando da aplicação da taxa do IMI, que a CDU propunha que baixasse para 0,7% e que a gestão PS preferiu manter no valor máximo de 0,8% continuando a sobrecarregar nos cidadãos proprietários de imóveis. Isto é, não há uma palavra de condenação à não aplicação da Lei das Finanças Locais mas em contrapartida não se hesita em aplicar a taxa máxima no Imposto Municipal. Por fim, a nossa postura é pois, neste caso também de não obstrução, e optamos por dar o benefício da dúvida em relação à proposta apresentada que tem obras que consideramos estruturantes, como é o caso da recuperação da frente ribeirinha, e assim sendo votamos pela abstenção."----------

3 – PROPOSTA Nº. 47/05 – APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO NO MONTANTE DE € 972.000,00, NA MODALIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO AO BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO *– Por despacho da Sra. Presidente da Câmara de 14 de Novembro de 2005, e na sequência da comunicação da Direcção Geral das Autarquias Locais sobre a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Montijo, de 15 de Julho do corrente ano, foi iniciado o procedimento com vista à contratação de empréstimo de médio/longo prazo, para financiamento de investimentos diversos. Tendo-se consultado cinco instituições de crédito em cumprimento do disposto no artº. 23º, nº. 5 da Lei das Finanças Locais,* ***propõe-se*** *que a Câmara Municipal delibere favoravelmente o seguinte: 1. Adjudicar a contratação do empréstimo de 972.000,00 € (novecentos e setenta e dois mil euros) na modalidade de abertura de crédito ao Banco Português de Investimento nos termos e pelos fundamentos constantes do Relatório Justificativo que se anexa e se dá por integralmente reproduzido. 2. Que em cumprimento do disposto nos artigos 64º, nº. 6 alínea a), 53º, nº. 2 alínea d) e nº. 7 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se submeta a presente proposta à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal anexando-se, para o efeito, a informação relativa à capacidade de endividamento facultada pela DGAL. 3. Que o contrato de abertura de crédito seja submetido à fiscalização prévia do Tribunal de Contas em conformidade com o artº. 46º, nº. 1 alínea a) da Lei nº. 98/97, de 26 de Agosto e artº. 29º da Resolução nº. 7/98/MAI.19 - 1ª. S/PL publicada na II Série do Diário da República nº. 145 de 26 de Junho de 1998. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).*----------

Deliberação: *Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária e um voto contra do Senhor*

Vereador do Partido Social Democrata, tendo apresentado uma ***declaração de voto****, cujo teor a seguir se transcreve: "O país vive um momento em que a sociedade civil finalmente se apercebeu que o peso do Estado tem de ser reduzido. As orientações do governo da nação apontam nesse sentido, em linha com o defendido pela generalidade das várias correntes políticas, razão pela qual as autarquias também devem partilhar esse sentimento. Não podemos viver constantemente acima das nossas possibilidades. Tal como numa família, o endividamento de hoje tem de ser pago no futuro. Isto é, nos próximos anos ficam prejudicados os investimentos, pois as verbas a eles destinadas terão de ser afectas ao serviço da dívida dos empréstimos contratados, que no reembolso do capital quer nos juros que terão de ser pagos. Ou então, a câmara terá de aumentar os impostos municipais para poder manter o nível de investimentos no concelho. A aplicação do financiamento em apreço, contempla uma obra que até foi sugerida pelos vereadores do PSD. Todavia, o dinheiro não tem cor, e sabemos que estas verbas vão entrar nos cofres da câmara para financiar todo o tipo de despesas. A questão de fundo, prende-se com a correcta gestão dos dinheiros municipais. E, aqui, vem ao de cima o que têm sido as opções, quanto a nós erradas da gestão socialista. A começar pelos milhares de euros que em 24 horas a câmara destruiu, ao instalar um pavilhão pré-fabricado para apoio aos toxicodependentes, que foi vandalizado na noite em que foi instalado. A câmara não acautelou a segurança do espaço e o que todos temiam, aconteceu. O dinheiro também mal gasto na construção de espaços comerciais, que deveriam ser promovidos por empresários e não pela autarquia, consumiu centenas de milhares de euros. Estes dois exemplos comprovam que se houvesse uma gestão rigorosa das despesas da câmara, certamente que não seria necessário a contracção deste empréstimo para realizar os investimentos referidos. As receitas normais da câmara seriam, para tal, suficientes. Acresce o facto de a presente proposta não incluir nem o prazo do empréstimo nem se existe período de carência. É bom lembrar que os eleitos socialistas têm aprovado empréstimos com carência de 4 ou 5 anos. A lei permite-o, mas nós somos totalmente contra este procedimento. Se numa empresa se pode compreender que exista carência até a mesma começar a gerar meios financeiros suficientes para reembolsar o empréstimo, numa autarquia as receitas são expectáveis e estas não precisam de vários anos até começarem a gerar receita. Se deste ponto de vista económico não há fundamentos técnicos, o mesmo se pode dizer das considerações políticas. Sendo os mandatos autárquicos de 4 anos, julgamos ser politicamente honesto que os executivos que decidem contrair empréstimos sejam eles, também, os iniciadores do seu pagamento. Pedir crédito, tentar fazer obra e deixar o pagamento integral das dívidas para quem vier a seguir gerir os*

destinos de uma câmara, parece-nos um procedimento muito negativo que até poderá levar à tentação de muitos autarcas se servirem deste expediente com intuitos de mera estratégia político-partidária. Uma palavra final para o facto deste governo socialista ter mantido as restrições ao crédito das autarquias locais, medida inicialmente tomada pelo governo PSD/CDS. No contexto em que o país continua a viver, parece-nos uma medida sensata, que merece a nossa concordância. Esperamos que o PS seja coerente com as suas posições do passado, muito críticas quanto a essa restrição creditícia, e que venha publicamente discordar das medidas que o actual governo decidiu nesta matéria. Pelas razões expostas, os vereadores do PSD votam contra a presente proposta de empréstimo."----------

4 – PROPOSTA Nº. 48/05 – APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NA MODALIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, NO MONTANTE DE € 615.798,00 *– Determina o artigo 23º, nº. 6 da Lei nº. 42/98, de 6 de Agosto que "a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que a Câmara venha a contrair durante o período de vigência do Orçamento". Face ao disposto no artigo 24º, nº. 1 da Lei das Finanças Locais "os empréstimos a curto prazo são contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu montante médio anual exceder 10% das receitas provenientes das participações do município nos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal", constituindo por isso meras antecipações de receitas destinadas a suprir débitos momentâneos de tesouraria. Por aplicação deste normativo, o montante máximo para a contracção de empréstimo a curto prazo a realizar no ano 2006 é de 615.798,00 € (seiscentos e quinze mil setecentos e noventa e oito euros).*----------

	2006	***10%***
Fundo Geral Municipal – corrente	*2.595.409*	*259.541*
Fundo de Base Municipal – corrente	*648.161*	*64.816*
Fundo de Coesão Municipal – corrente	*451.219*	*45.122*
Fundo Geral Municipal – capital	*1.730.271*	*173.027*
Fundo de Base Municipal – capital	*432.107*	*43.211*
Fundo de Coesão Municipal – capital	*300.813*	*30.081*
TOTAL	***6.157.980***	***615.798***

Euros

A modalidade de empréstimo que melhor se ajusta aos fins pretendidos é o contrato de ***abertura de crédito em conta-corrente*** *(artigo 23º, nº. 1 da Lei das Finanças Locais), o qual terá de ser contraído e pago dentro do mesmo ano económico. Com efeito, na abertura de crédito em conta-corrente o creditado pode não só efectuar sucessivos levantamentos como ainda efectuar*

depósitos, "repristinando" assim o montante do crédito de que pode dispor. O município pode assim efectuar a todo o tempo reembolsos parciais, que lhe garantem a reconstituição do seu direito de saque. Considerando que: - O empréstimo a contratar, na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente, será utilizado no ano 2006 no montante máximo permitido por lei; - De acordo com o disposto no ponto 3.3 alínea d) do POCAL "as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato", pelo que a inscrição orçamental dos empréstimos a curto prazo segue o mesmo regime dos de médio e longo prazo para este efeito; - Após autorização dos órgãos executivo e deliberativo municipais se pode de imediato dar início ao processo de contratação, ***propõe-se*** *que a Câmara Municipal delibere favoravelmente o seguinte: 1. Aprovar a contratação de um empréstimo a curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente, no montante de* ***615.798,00 €*** *nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23º, nº. 1 e 24º, nº. 1 ambos da Lei das Finanças Locais e 64º, nº. 6 alínea a) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. 2. Remeter a presente proposta para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal em conformidade com o artigo 53º, nº. 2 alínea d) da Lei das Autarquias Locais. 3. Autorizada que seja a contracção do empréstimo em causa, deverão ser consultadas pelo menos três instituições de crédito por forma a aquilatar das condições praticadas pela banca, em cumprimento do artigo 53º, nº. 7 da Lei das Autarquias Locais. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).----------*

Deliberação*: Aprovada por unanimidade.----------*

5 – PROPOSTA Nº. 57/05 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONTIJO, NO VALOR DE € 8.000,00 *– Na sequência do acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Montijo e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montijo, em 12 de Setembro do corrente ano, com o objectivo de corrigir e melhorar articulações entre a Câmara e a Associação, a Câmara Municipal de Montijo, através da cláusula primeira do acordo supra citado, comprometeu-se, até ao final do presente ano económico/orçamento atribuir 8.000,00 € aos Bombeiros Voluntários de Montijo. Considerando que os bombeiros têm tido desde sempre um papel determinante na prossecução da política de prevenção do risco e no socorro e assistência às populações, em conformidade com o espírito abnegado e voluntário que caracteriza a acção dos Soldados da Paz nas diferentes missões que lhe são confiadas; Considerando que compete à Presidente da Câmara Municipal dirigir, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Protecção Civil, o Serviço Municipal*

de Protecção Civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos e a coordenação das actividades a desenvolver no domínio da protecção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade públicas nos termos do disposto no artº. 68º, nº. 1 alínea z) da Lei das Autarquias Locais, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, nos termos do disposto no artº. 64º, nº. 4 alínea a) da Lei das Autarquias Locais, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ***propõe-se*** *que a Câmara Municipal delibere favoravelmente o seguinte:* ***1.*** *Conceder um subsídio no valor de* ***8.000,00 €*** *(oito mil euros) à* ***Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montijo****.* ***2.*** *O subsídio em causa será concedido através da rubrica orçamental 06.02/04.07.01.99.* ***3.*** *Que o presente subsídio conste da relação a publicar editalmente e em jornal regional, em cumprimento do estatuído no artº. 1º, nº. 1 e artº. 3º, nº. 2 da Lei nº. 26/94, de 19 de Agosto. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).----------*

Deliberação*: Aprovada por unanimidade.----------*

II – DIVISÃO SOCIAL, CULTURAL E DE ENSINO

1 – ***PROPOSTA Nº. 49/05 – ATRIBUIÇÃO DO VALOR DA 3.ª PRESTAÇÃO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTIJO*** *– Esta Câmara Municipal aprovou a Proposta nº. 1455/05, a qual se refere à atribuição ao Agrupamento de Escolas de Montijo de subsídio para implementação do Plano Anual de Actividades da EB1/JI do Bairro do Areias, relativo ao ano lectivo 2004/2005. De acordo com o previsto na supracitada Proposta, o pagamento da primeira e segunda prestação do referido subsídio (no valor unitário equivalente a 40% do valor total do subsídio) já foi efectuado, faltando proceder ao pagamento da 3ª prestação, o qual depende da análise do Relatório Final de Execução do Plano Anual de Actividades, devidamente acompanhado de comprovativo das despesas efectuadas. Assim, após análise do Relatório Final de Execução do Plano Anual de Actividades do supracitado estabelecimento de ensino, PROPONHO a V. Exas. a atribuição ao Agrupamento de Escolas de Montijo do valor que se indica no quadro seguinte, o qual se refere à terceira prestação do subsídio:----------*

Agrupamento de Escolas	***Valor da 3ª Prestação do Subsídio***
Agrupamento de Escolas do Montijo (referente à EB1/JI do Bairro do Areias)	*407,24 €*

Código Orçamental: 06.02/04.05.01.04. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).----------

***Deliberação**: Aprovada por unanimidade.*----------

***2 – PROPOSTA Nº. 50/05 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE AFONSOEIRO E SARILHOS GRANDES PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA QUE ASSINALOU A EXTINÇÃO DO ENSINO BÁSICO MEDIATIZADO** – Considerando que, no final do ano lectivo 2004/2005, o Ensino Básico Mediatizado foi extinto por Despacho do Ministério da Educação, o Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Afonsoeiro e Sarilhos Grandes assinalou o momento com a realização da actividade "TELESCOLA em FESTA", pretendendo assim salientar a relevância que a Telescola teve enquanto subsistema de ensino que serviu o sistema educativo durante aproximadamente quatro décadas. Neste âmbito, PROPONHO, a V. Exas. a atribuição ao Agrupamento de Escolas de Afonsoeiro e Sarilhos Grandes de um subsídio no valor de 400 € (quatrocentos euros), para apoio à realização desta actividade. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).*----------

***Deliberação**: Aprovada por unanimidade.*----------

***3 – PROPOSTA Nº. 51/05 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DA OLEFA DE MONTIJO REALTIVO AO ANO LECTIVO 2005/2006** – A Lei Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais (Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro) define como uma das competências dos órgãos municipais, em matéria de educação, a participação no apoio à educação extra-escolar. Neste âmbito, PROPONHO a V. Exas. a atribuição de um subsídio financeiro à Organização Local de Educação e Formação de Adultos de Montijo para efeitos de apoio à implementação do seu Plano de Actividades referente ao ano lectivo de 2005/2006, no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros). PROPONHO ainda a V. Exas. que este subsídio seja atribuído em 2 prestações, com os valores que se discriminam, de acordo com a seguinte calendarização: - Mês de Dezembro/2005: 2.000,00 € (dois mil euros); - Mês de Março/2006: 3.000,00 € (três mil euros). Informo que este subsídio se destina a apoiar a implementação de quatro cursos sócio-profissionais com a duração de 3 meses, a dinamização de colóquios sobre vários temas, o transporte dos formandos do ensino recorrente e da educação extra-escolar de todo o concelho para visitas de estudo e para participação em acções de formação, a aquisição de material de expediente e de consumo e de material escolar para os formandos mais carenciados do ponto de vista sócio-económico, a manutenção de equipamentos e a dinamização de iniciativas sócio-culturais. Código Orçamental: 06.02/04.05.01.04. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).*

***Deliberação:** Aprovada por unanimidade.*----------

III – DIVISÃO DE HABITAÇÃO

*1 – **PROPOSTA Nº. 52/05 – ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO SEM ANÚNCIO. APROVAÇÃO DO PROJECTO, CONVITE, PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS E PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE – CONSIDERANDO**: - Que a apresentação da candidatura ao Prohabita foi aprovada na reunião de Câmara de 16.02.2005, sob a Proposta nº. 1474/05; - Que esta candidatura contempla a recuperação de 8 fogos devolutos; - A necessidade de proceder às obras de conservação necessárias para conferir aos fogos as condições de habitabilidade necessárias para a celebração de novos contratos de arrendamento; - Que a obra se enquadra no código de acção 03-2005-76 e código da classificação económica 04.03/07.01.02.02; - Que o valor base para concurso é estimado em 51.500,00 € (cinquenta e um mil e quinhentos euros), com exclusão do IVA. **PROPONHO**: 1. A abertura do concurso limitado sem publicação de anúncio da empreitada de "Prohabita – Reabilitação de Fogos Devolutos", nos termos do nº. 3 do artº. 47º do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 163/99, de 14 de Setembro. 2. A aprovação do Projecto, Convite, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde. 3. Que sejam convidadas para apresentar propostas as seguintes firmas: - Fraterna – Engenharia, Consultoria e Construção, Lda.; - Fernando Guerreiro Santa Bárbara, Lda.; - Carlos Alberto de Jesus Silva; - Raminhos & Gonçalves – Construções, Lda.; - Xavieres, Lda.; Santavares – Empreiteiros, Lda. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva). **Deliberação**: Aprovada por unanimidade.----------*

*2 – **PROPOSTA Nº. 53/05 – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS – PROCESSO PR-20/05** – Na sequência do despacho da Sra. Vereadora de 4 de Novembro de 2005 a Comissão de Vistorias nomeada por deliberação camarária de 9 de Novembro de 2005 procedeu à vistoria do imóvel sito na Rua Gago Coutinho, nº. 53, em Montijo, de que são proprietários os Srs. Francisco da Silva Russo Adriano e António João Valério da Silva Russo, conforme auto que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido. – Considerando que compete à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artºs. 89º e 90º do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 177/01, de 4 de Junho, ordenar, precedendo vistoria, a reparação e beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas e bens. Proponho: 1. Que a Câmara Municipal delibere homologar o Auto de Vistoria realizada ao abrigo dos normativos legais supracitados, determinando por consequência a execução das obras que se reputam necessárias no prazo nele indicado. 2. Que a presente deliberação bem como o Auto de Vistoria a ela apenso seja notificada aos proprietários. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).------*

***Deliberação**: Aprovada por unanimidade.----------*

IV – DEPARTAMENTO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE

***1 – PROPOSTA Nº. 54/05 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO CEMITÉRIO DO PINHAL DO FIDALGO – ALTO ESTANQUEIRO/JARDIA, À FIRMA L.N.RIBEIRO – CONSTRUÇÕES, LDA., PELO VALOR € 308.332,66 + IVA E NOMEAÇÃO DO FISCAL** – No dia 31 de Agosto de 2005, realizou-se o acto público para adjudicação da empreitada de "Construção da Capela Mortuária no Cemitério do Pinhal do Fidalgo – Alto Estanqueiro/Jardia" tendo concorrido uma empresa constante da acta apensa ao processo da empreitada. Tendo em conta a Acta nº. 3 da Comissão de Análise de Propostas reunida no dia 17 de Novembro de 2005, foi presente para análise a proposta do único concorrente. **Considerando**: **1.** Os fundamentos constantes na Acta nº. 3 da Comissão de Análise de Propostas em 17 de Novembro de 2005. **2.** Estar esta obra prevista no Plano de Actividades da Câmara sob o Código da Classificação Económica 05.02/07.01.04.12 e o Código/Ano/ Projecto Acção 02/2002/124. **Proponho**: **a)** A adjudicação da empreitada "**Construção da Capela Mortuária no Cemitério do Pinhal do Fidalgo – Alto Estanqueiro/Jardia**", à Firma **L.N.Ribeiro – Construções, Lda.**, pelo valor de Euros: **308.332,66** (trezentos e oito mil trezentos e trinta e dois euros e sessenta e seis cêntimos) **+ IVA. b)** A designação do Sr. Luís Ferreira, Engenheiro Civil desta Autarquia para fiscalizar a execução dos trabalhos nos termos do artº. 178º, nº. 2 do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março, o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo Sr. Luís Batista, Técnico Profissional de Construção Civil desta Autarquia. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).----------

***Deliberação**: Aprovada por unanimidade.----------*

V – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

***1 – PROPOSTA Nº. 55/05 – RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005, TITULADA PELA PROPOSTA Nº. 343/05 – 2ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2005; - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2005** – Proponho que: - A Câmara Municipal delibere ratificar a deliberação do Conselho de Administração de 30 de Novembro de 2005, titulada pela Proposta nº. 343/05, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).----------

***Deliberação**: Aprovada por unanimidade.----------*

***2 – PROPOSTA Nº. 56/05 – RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005, TITULADA PELA PROPOSTA Nº. 328/05 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS/2006 E ORÇAMENTO/2006** – Proponho que: - A Câmara Municipal delibere ratificar a deliberação do Conselho de Administração de 30 de Novembro de 2005, titulada pela Proposta nº. 328/05, que se anexa e se

dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).----------
*O **Senhor Vereador Nuno Canta** apresentou o seguinte documento: "**NOTAS EXPLICATIVAS AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2006 – 1 - Nota Introdutória** - Os presentes documentos previsionais cumprem as regras estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e estabelecem as grandes opções do Conselho de Administração para o ano de 2006. Essas opções expressam objectivos de gestão e acção claros, como sejam: **a)** Concluir os sistemas de abastecimento público de água à população; **b)** Garantir condições de abastecimento público de água em volume, pressão e segurança; **c)** Atender à necessidade de melhorar a qualidade e eficiência do ciclo humano da água em todo o território concelhio; **d)** Aumentar progressivamente a cobertura do sistema de tratamento de águas residuais; **e)** Prosseguir os princípios de valorização do recurso água, do utilizador-pagador e do poluidor-pagador assegurando a equidade dos sistemas. **2 - Notas Explicativas ao Orçamento de 2006** - O valor total do Orçamento previsional para o ano de 2006 é de 3.931.050,00 Euros, um valor inferior ao Orçamento previsional para o ano transacto (em 2005 o valor total foi de 4.684.000,00 Euros). **Da Receita**: Na Receita Corrente, as rubricas de maior significado são: a "**Venda de Água**", que representa **44,92%** do total da receita corrente, e a "**Tarifa de Ligação à Rede de Saneamento**" (tarifa que as Empresas e os Particulares pagam pela ligação do ramal de saneamento à Rede Municipal) corresponde a uma taxa de **23,23%.** Também a "**Taxa de Saneamento**", incluída na rubrica "02-Impostos Indirectos" (empresas) e na rubrica "04-Taxas, Multas e Outras Penalidades" (Particulares), representa na sua totalidade **18,0%** da Receita. De referir que estes acréscimos expectáveis de receitas não são devidos a qualquer aumento do valor das Tarifas e Taxas, antes representam uma maior eficácia na respectiva cobrança, já verificada durante o ano de 2005 numa percentagem média de mais 10% do que inicialmente prevista. Na **Receita de Capital**, a rubrica "10-Transferências de Capital", inclui, entre outras: **Ramais de Água e Saneamento**, pagos pelos Munícipes, que representam **95,28%** do total das receitas de capital. De referir que pela 1.ª vez não se prevê quaisquer verbas resultantes de transferências da Câmara Municipal sendo todo o investimento (despesas de capital no montante de 689.200,00€ e restantes despesas no total de 3.931.050,00 Euros) suportadas por receitas geradas nos SMAS. **Da Despesa**: Na **Despesa Corrente**, a rubrica com maior influência é a "01-Despesas com o Pessoal" no valor de 1.985.880,00 Euros que diminuiu 80.670,00 Euros (3,90%) em relação ao valor previsto para o exercício de 2005. A rubrica "02-Aquisição de Bens e Serviços" representa **36,78%** da Despesa Corrente, tendo diminuído 270.480,00 Euros (18,49%)*

*em relação ao ano de 2005, destacam-se as seguintes sub-rubricas: 02 01 21 – **Outros Bens** – (aquisição de materiais para conservação das redes de água e saneamento, obras por administração directa e execução de ramais), que representa 4,94% da despesa corrente, tendo diminuído 51.600,00 Euros (24,4%) em relação ao ano de 2005; 02 02 01 – **Encargos das Instalações** – (inclui os encargos com a EDP), que representa 7,58% da despesa corrente que traduz um acréscimo de 19.220,00 Euros, derivado dos maiores consumos de energia associado aos novos furos de captação de água que foram executados em 2005, e à substituição de geradores provisórios por ligações definitivas à rede da EDP nas captações do Corte das Cheias, Pau Queimado e Taipadas; 02 02 03 – **Conservação de Bens** – (inclui a conservação e reparação das redes de água e saneamento, furos, reservatórios, estações de captação e de elevação, edificios administrativos, parque auto,...), que representa 10,45% da despesa corrente, tendo diminuído 152.500,00 Euros (30,91%) em relação ao ano 2005; 02 02 20 – **Outros Trabalhos Especializados** – (inclui as análises de água para consumo humano e águas residuais (ETAR's e CE's), os encargos com o programa SCGA que gere toda a facturação de água, respectivas taxas e a sua distribuição pelos CTT, e ainda, com os programas AIRC – Contabilidade, Pessoal, Gestão de Stocks, Património, Empreitadas, Obras por Administração Directa e Gestão Documental), que representa 7,28% da despesa corrente, tendo diminuído 7.000,00 Euros (2,88%) em relação ao ano de 2005. As **Despesas de Capital** encontram-se devidamente relacionadas com o PPI – Plano Plurianual de Investimentos (Investimentos previstos para 2006), no montante de 689.200,00 Euros o que representa uma diminuição de 33,89% em relação ao ano de 2005. 3 - **Notas Explicativas ao Plano Plurianual de Investimentos de 2006**. **Objectivos** - Na elaboração do PPI para os anos de 2006 e seguintes foi dada continuidade aos projectos em curso dos anos anteriores, bem como à progressiva concretização dos Planos Directores Municipais de Água e Saneamento, com o objectivo de assegurar a total cobertura do concelho em termos de abastecimento de água (cuja taxa actual é de 96%) e de drenagem e tratamento de efluentes (cujas taxas actuais são de 92% e de 59%, respectivamente). De referir que em relação à drenagem e tratamento de efluentes foi considerada a programação da SIMARSUL, cuja actividade se iniciou no princípio do ano de 2005, visando a compatibilização entre os projectos incluídos no âmbito da actuação desta empresa multimunicipal (sistemas em alta constituídos por ETARs, E.E. e Emissários Interceptores), e os projectos a cargo do Município (redes de drenagem em baixa). Assim em relação ao ano de 2006 e de uma forma genérica definiram-se como objectivos concretizar os seguintes projectos/acções: - Remodelação e fiabilização das redes de água em Montijo, em termos de caudal e pressão,*

com a substituição progressiva de condutas de fibrocimentos e de diâmetros reduzidos, já não compatíveis com as novas solicitações de caudais e pressões; - Reforço do Abastecimento de Água em Pegões, com a execução do novo Reservatório de Água, equipamento do Furo e ligação do Reservatório à rede existente; - Reforço do Abastecimento de Água a Sarilhos Grandes, através da remodelação de condutas existentes e execução de novas condutas, bem como através da montagem de uma central hidropressora que assegure um acréscimo generalizado de pressão na rede; - Reforço do Abastecimento à parte alta da Atalaia, através da instalação de uma central elevatória junto ao Reservatório R3 (EN4); - Execução de emissário de esgotos em Pegões; - Execução de emissário de esgotos em Montijo. Com a realização destas acções prevê-se despender um montante de 459.500,00 Euros referente ao sistema de captação e distribuição de água, e um montante de 150.000,00 Euros referente aos sistemas de drenagem de águas residuais."
Deliberação: *Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, tendo o* ***Senhor Vereador Nuno Ferrão*** *apresentado uma* ***declaração de voto****, cujo teor a seguir se transcreve: "A redução em termos nominais das despesas com o pessoal em cerca de 4% face ao orçamento original de 2005, é um factor que salientamos e que seria um bom exemplo para a própria câmara tentar seguir. O mesmo se diga ainda com mais pertinência a respeito dos gastos com a aquisição de bens e serviços, cuja redução face ao ano transacto rondará os 18%. Certamente que a transferência progressiva das responsabilidades ao nível do saneamento básico para a Simarsul, vieram reduzir a actividade dos SMAS. Esta contenção nos custos proporcionará uma capacidade financeira que permitirá aos SMAS investirem quase € 700 mil sem o apoio da câmara. É bom recordar que, há um ano, a câmara previu transferir € 950 mil para os SMAS realizarem o seu plano de investimentos. Para 2006, não está prevista qualquer transferência da autarquia, pelo que todo o investimento terá de ser financiado pelos próprios meios gerados pelos SMAS. O PSD apresentou uma proposta concreta de defesa das famílias numerosas no consumo da água, de forma a esbater a progressividade do seu preço. Temos defendido que a cidade necessita de maior investimento nas suas condutas mais antigas. Mas constatamos que 50% de todo o investimento dos SMAS para 2006 se destina a financiar o reservatório elevado de Pegões. A aposta neste projecto pode ser desinteressada mas não podemos deixar de evidenciar a coincidência dos investimentos se situarem precisamente na freguesia da qual o PS depende para governar, pois sem o voto do presidente desta junta, as propostas socialistas correm o risco de ser recusadas na assembleia municipal, face à*

ausência de maioria absoluta da bancada do PS. Deste modo, o voto do PSD é de abstenção nesta proposta."----------
Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º. do Código do Procedimento Administrativo.----------
No período de intervenção do público previsto pelo artigo 84º, nºs. 6 e 7 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram pelos munícipes abaixo identificados colocadas as seguintes questões:----------
O ***Senhor Victor Morgado da Costa****, em representação do Futebol Clube do Areias, veio há cerca de 3 meses atrás colocar a questão "do Clube Desportivo do Montijo ter uma dívida com o Futebol Clube do Areias que ainda não foi liquidada. Nessa altura falei com a Senhora Presidente e com o Senhor Vereador Miguel Cardoso, no sentido de existir uma conversa com o responsável do Clube Desportivo do Montijo. Sabemos que passado este tempo o Clube Desportivo do Montijo continua a receber subsídios, mas a nossa dívida, que já vem da época passada continua por liquidar. Nós necessitamos desta verba."*----------
A ***Senhora Presidente*** *disse: "Estou recordada por ter colocado aqui a questão, não há muito tempo, sobre essa dívida. Devo confessar-lhe que, não sei se na época foram feitas diligências, eu não fiz nenhuma diligência nesse sentido, julgo que o Senhor Vereador Miguel Cardoso terá feito, tenho quase a certeza que o terá feito. Mas deixe-me dizer-lhe aqui o seguinte: eu acho que as Instituições devem resolver entre si os problemas. Ou seja, a Câmara tem alguma dificuldade em fazer aqui parte da resolução desse problema, condicionando a atribuição de verbas ao facto de, o Clube Desportivo de Montijo dever ao Clube do Areias, ou a outra entidade que venha aí também dizer que o Clube Desportivo do Montijo lhes deve, e portanto a Câmara tem que afectar o subsídio ou parte desse subsídio para pagamento dessa dívida. Tenho alguma dificuldade em que isso possa ser resolvido por essa forma. Agora o que não tenho dúvida nenhuma, é que posso ter uma conversa com o responsável do Clube Desportivo do Montijo e colocar-lhes a questão, de que, quem deve, deve pagar. Portanto, isso é um problema de honra, de honorabilidade, seja entre instituições, seja no tratamento pessoal. Isso a Senhora Presidente da Câmara pode fazer. Agora a Câmara cativar a verba e entregar ao Clube do Areias, ou ter outro tipo de acção, ou até de condicionamento, dizendo não têm mais verbas da Câmara se não pagar ao Areias, eu acho que isso nós não temos condições para fazer, nem se deve fazer."*--------
O ***Senhor Mateus Pires Lopes*** *disse: "Falou-se hoje de água, julgo que é uma preocupação da Câmara e nomeadamente do Senhor Vereador Nuno Canta. Falou-se em depósito elevado de água, portanto é oportuno trazer*

aqui algo que me contaram, acerca de um local no concelho de Montijo, em Canha. O depósito elevado de água, após construído foi tardiamente utilizado, e pelo facto de não ter água algumas peças foram-se deteriorando. Neste momento existem pequenas rupturas provocando perda de água. Por outro lado, consideram o depósito antigo, como sendo património, mas este encontra-se abandonado. Tinha uma tampa que já não tem, está assim sujeito aos excrementos dos pássaros. Sugerem que, se lhe ponha uma tampa e também sugerem que esse depósito, património, seja enchido periodicamente para manter a capacidade de retenção de água, pois que, uma vez ou outra, possa ser necessário a sua utilização."----------

A ***Senhora Presidente*** *disse: "Relativamente à questão do depósito antigo, acho que deve ser tido como património, considero isso. Quanto à questão das eventuais rupturas que existem no novo depósito, essas são questões de ordem técnica, que eu acho que de facto que os serviços devem assegurar e devem tentar resolver. Portanto fica a nota e vamos ter em atenção, essa mesma nota, porque acho que é importante, que nós possamos garantir que não haja rupturas, porque já hoje aqui foi dito que representa uma perda e, um prejuízo. Portanto é nossa obrigação preservar as melhores condições do reservatório."*----------

O ***Senhor Vereador Nuno Canta*** *disse: "Relativamente à ruptura do depósito de água, houve inicialmente por parte da obra problemas que são da responsabilidade do empreiteiro e que irão ser resolvidas. Relativamente aos depósitos mais antigos, está previsto um reaproveitamente destes para a "chamada água de rega" de espaços verdes. A nossa ideia é que esses depósitos abasteçam o sistema de rega dos espaços verdes."*----------

E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente da Câmara encerrada a reunião eram zero horas da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.----------

E eu, Ana Susana Nunes Sousa, ——— *Técnica Superior de 2.ª Classe da Divisão de Gestão Administrativa do DAF, a mandei escrever, subscrevo e assino.*----------

A Presidente da Câmara

Maria Amélia Antunes

Maria Amélia Antunes